

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.337 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 2001

Malan, Martus e Fraga explicam ao Senado o acordo com o FMI

Os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, mais o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, serão ouvidos amanhã, às 17h, pela Comissão de Assuntos Econômicos. Eles devem explicar aos senadores o novo acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional.

PÁGINA 5



Lúcio Alcântara preside a CAE, que debate amanhã o acordo com o FMI

Novas regras para edição de medidas provisórias podem vigorar ainda este mês

PÁGINA 3



Conforme a proposta de emenda constitucional, o Poder Executivo não poderá mais reeditar indefinidamente as medidas provisórias

CAS



Teste genético pode ser proibido para planos de saúde

PÁGINA 3

CAE



Negociações sobre a Alca entram em debate

PÁGINA 4

CCJ



Comissão sabatina indicado para ministro do STM

PÁGINA 5



Fundo da Amazônia Ocidental será votado em segundo turno

O Plenário deve votar na quarta-feira proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Jefferson Péres que cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Na votação em primeiro turno, a matéria, que tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico da região sem agredir o meio ambiente, foi aprovada por unanimidade.

PÁGINA 3

PARLAMENTARES OUVEM ESPECIALISTAS EM FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA

Integrantes da Comissão Especial Mista da Crise Energética realizam audiência pública amanhã, e na quarta-feira iniciam roteiro de visitas a usinas hidrelétricas.

PÁGINA 7



Prêmio não retirado de loteria poderá ir para atendimento a flagelados

Projeto de Edison Lobão que será analisado pela CAE tem parecer favorável do relator

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado examinará amanhã, a partir das 10h, projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que destina a municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos o dinheiro dos prêmios das loterias da Caixa Econômica Federal que não forem retirados em tempo hábil pelos ganhadores. A proposta tem parecer favorável do relator, senador Wellington Roberto (PMDB-PB).

Edison Lobão argumenta que a medida tem grande alcance social, pois os milhões de reais de prêmios não retirados servirão para reduzir as dificuldades de famílias afetadas por calamidades. O projeto dá um prazo de 60 dias ao governo para regulamentar a distribuição do dinheiro, a contar da aprovação final no Congresso.

LIQUIDAÇÃO

A CAE também deve votar nesta terça projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que obriga o Banco Central (BC) a encaminhar semestralmente ao Senado relatório detalhado do processo de intervenção e liquidação de instituições financeiras. A proposta estabelece ainda que a nomeação dos interventores e liquidantes por parte do Banco Central terá de ser homologada, em 90 dias, pela Comissão de Assuntos Econômicos, depois de uma arguição pública no Senado.

Romero Jucá pondera que nos últimos anos foram decretados pelo BC mais de 180 liquidações e mais de 100 regimes de administração es-



Medida é de grande alcance social, afirma o autor, Edison Lobão

pecial temporária (intervenções) em instituições financeiras. Não há prazo de duração para tais intervenções, o que traz grandes prejuízos à economia das regiões em que operavam ou operam as instituições. Algumas, como a intervenção no Banco do Estado de Roraima, chegam a durar mais de dez anos. Assim, com a aprovação do projeto, o Senado pelo menos poderá fiscalizar esses processos de intervenção do Banco Central e saber exatamente o que está ocorrendo.

Consta ainda da pauta de amanhã da CAE o exame de projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que fixa normas para redistribuição de verbas do salário-educação aos municípios, usadas no financiamento do ensino fundamental. A atual legislação determina que a União distribuirá um terço destes recursos, enquanto os outros dois terços são enviados aos estados, que devem dividi-los com os municípios. Não há uma lei federal que detalhe como os recursos devem ser redistribuídos aos municípios, o que permite uso de critérios políticos nessa divisão.

Pelo projeto de Álvaro Dias, a quota estadual e municipal do salário-educação será redistribuída de forma proporcional ao número de alunos matriculados no ensino fundamental nas redes do estado e dos municípios. A proposta estabelece que os municípios passarão a receber dinheiro do salário-educação diretamente do Fundo Nacional da Educação (FNDE).



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 2001

PLENÁRIO

14h30h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 1-B/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição federal (limitação à edição de medidas provisórias).

PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 25/00, altera o artigo da Constituição federal, para facultar a nomeação de membros das cortes de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 1-B/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição federal (limitação à edição de medidas provisórias); PLC nº 7/01, acrescenta parágrafos 4º e 5º ao artigo 29 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para proibir anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social; PDL nº 274/00, convoca plebiscito sobre a criação do território federal do Oiapoque; PDLs autorizando a execução de serviço de radiodifusão comunitária; Parecer nº 709/01, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Ofício nº S/10, de 2001 (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste); Requerimento nº 164, do senador Nabor Júnior, solicitando o sobrestamento da tramitação do PLS nº 68/00, que tramita em conjunto com o PLS nº 5/00, a fim de aguardar a deliberação da Câmara dos Deputados, sobre o PLS nº 16/96; e Requerimento nº 378/01, do senador Ney Suassuna, solicitando a tramitação conjunta dos PRs nºs 13 e 19, 2001, por regularem a mesma matéria.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 44/01 — Complementar, altera a composição do conselho a que se refere a Lei Complementar nº 68/91 (Conselho Administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus); votação, em primeiro turno, da PEC nº 61/99, dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do artigo 14 da Constituição federal (direito ao estrangeiro de participar da vida política do município domiciliado); terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 25/00, altera o artigo da Constituição federal, para facultar a nomeação de membros das cortes de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 1-B/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição federal (limitação à edição de medidas provisórias); quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 8/95, dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do artigo 155 da Constituição federal (isenção de ICMS); PLC nº 30/01, altera a redação do artigo 467 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que dispõe sobre o pagamento de verbas rescisórias de juízo; PLC nº 33/01, dispõe sobre o uso do bromato de potássio na farinha e nos produtos de panificação; e PDLs autorizando a execução de serviço de radiodifusão comunitária.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 270/99, estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria; PDLs autorizando a execução de serviço de radiodifusão de som e imagem; e Requerimento nº 327/01, da senadora Marina Silva, solicitando que sobre o PDL nº 145/01, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Mensagem nº 207/00, submete a apreciação do Senado proposta para que sejam autorizadas operações financeiras de que trata o acordo de reescalonamento, com remissão parcial da dívida, da República da Zâmbia para com o Brasil, no valor equivalente a US\$ 14,1 milhões, com previsão de redução do valor presente líquido (debt service reduction option), com base na ata de entendimentos celebrada no âmbito do Clube de Paris; entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

17h — Audiência pública com a presença dos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Lavares, e o presidente do Banco Central do Brasil, Armínio Fraga, acerca dos termos firmado entre o governo do Brasil e o Fundo Monetário Internacional e o crescimento da dívida pública e da taxa de juros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

17h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 105/01, altera o parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.612/98, que institui o serviço de radiodifusão comunitária; PLS nº 94/01, institui o Dia Nacional do Cientista Social; PLS nº 82/01, requer seja inscrito o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no Livro dos Heróis da Pátria; PLC nº 111/00, denomina Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes — Gilberto Freyre e aeroporto localizada na cidade do Recife (PE); e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: relatórios referentes à adequação (BR-060/GO), construção (BR-235/T0) de trechos rodoviários e implantação de hidrovias (BR-235/T0) no Corredor Araguaia-Tocantins; entre outras proposições. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados*

15h30 — Reunião da Comissão Mista Especial para Estudar a Crise de Energia

Pauta: debate sobre o aproveitamento de fontes alternativas de produção de energia elétrica, com a presença Suaní Teixeira Coelho, do Centro Nacional de Referência em Biomassa; Luis Octávio Koblitz, da Escola de Engenharia de Pernambuco; Armando Abreu, diretor da Brasil Energias Solar e Eólica; Ivonice Campos, coordenadora de Ações de Desenvolvimento Energético do Ministério da Ciência e Tecnologia; e Jayme Buarque de Holanda, diretor do Instituto Nacional de Eficiência Energética. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

17h30 — CPI das ONGs

Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: PDL nº 130/01, submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Luiz Henrique Pereira da Fonseca para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à Finlândia, exercer o de embaixador do Brasil junto à República da Estônia; Mensagem nº 137/01, submete à apreciação do Senado a indicação do nome de Vera Pedrosa Martins de Almeida para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca; e exposição de Jacques Guilbaud sobre as causas da sua demissão do Itamaraty, em vista de requerimento do senador Roberto Requião. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: apreciação em turno suplementar do substitutivo ao PLS nºs 526/99 (tramita em conjunto com o PLS nº 538/99), altera os artigos 3º e 9º da Lei nº 7.802/89, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes afins; entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Mensagem nº 158/01, submete à apreciação do Senado o nome de José Coelho Ferreira, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar; emendas nºs 1 a 4 da Câmara ao PLS nº 112/88, concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de 60 anos; entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

11h30 — Reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos

Pauta: audiência pública para instruir o PLC nº 23/01, altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações, e na Lei nº 6.385/76, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Convidados: deputados Antônio Kandir (PSDB-SP) e Emerson Kapaz (PPS-SP). *Ala Senador Alexandre Costa — sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)
Presidente em exercício: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreira Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado vota na quarta-feira o fundo para Amazônia Ocidental

A proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que institui, para vigorar de 2001 a 2013, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental deverá ser submetida a votação nominal no Senado nesta quarta-feira. Amanhã, ocorrerá o segundo dia de discussão em segundo turno. A matéria, que tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico daquela região sem agredir o meio ambiente, foi aprovada em primeiro turno no dia 27 de junho, por unanimidade.

A PEC foi aprovada nos termos de um substitutivo do relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), e contempla os estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia. Os recursos do fundo serão aplicados em obras e programas realizados nos municípios desses estados, excetuando as capitais. Jefferson Péres pretende que a proposta seja aprovada até o próximo ano pela Câmara dos Deputados, para entrar em vigor em 2003.



Bernardo Cabral teve substitutivo aprovado em primeiro turno

Será destinado ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental um percentual da receita líquida de impostos e contribuições arrecadadas pela União no estado do Amazonas. O dinheiro será dividido entre os quatro estados de forma proporcional, de acordo com a área de proteção ambiental de cada um. Pela PEC, área de proteção ambiental é o território no qual sejam impostas restrições à exploração econômica dos recursos naturais, inclusive as reservas indígenas.

— O Brasil e o mundo nos exigem que o meio ambiente, principalmente a Floresta Amazônica e seus recursos hídricos, seja preservado. Para que isso ocorra, muitas atividades são proibidas ou restringidas numa área enorme, afetando a população que vivia, tradicionalmente, da exploração desses recursos. Com a PEC, o que pretendemos é criar uma forma compensatória, que assegure o desenvolvimento sustentável da região — afirmou Jefferson Péres.

CAS examina proibição de teste genético para planos de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina na quarta-feira, a partir das 9h, projeto de lei que proíbe a exigência de realização de testes genéticos para a detecção de doenças pelos planos de seguros privados de assistência à saúde. O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) é o autor do projeto, que já conta com parecer favorável do relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), nos termos da emenda apresentada pelo próprio autor.

Outro projeto a ser apreciado pela CAS regulamenta os diversos aspectos da produção, comercialização, transporte e fiscalização de agrotóxicos. A autoria do projeto é do então senador Blairo Maggi, e o relator é o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Na mesma linha, projeto do então senador Ernandes Amorim determina que medicamentos em compri-



Proposta de Juvêncio da Fonseca já conta com parecer favorável

midos, cápsulas e ampolas injetáveis sejam vendidos na exata quantidade prescrita pelo médico na receita. O relator dessa matéria é o senador Tião Viana (PT-AC), que apresentou substitutivo.

Constam ainda da pauta de trabalhos da CAS projeto que regulamenta a profissão de corretor de imóveis e disciplina o funcionamento dos seus órgãos de fiscalização, projeto que prevê a concessão de desconto de 50% em passagens aéreas para idosos com mais de 60 anos e proposta que muda o nome do Aeroporto Internacional Presidente Médici para Aeroporto Internacional Chico Mendes.

O projeto que determina a gratuidade da emissão de extratos bancários das contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) também será examinado na reunião.

Emenda que limita MPs pode ser promulgada em agosto

Proposta entra hoje no terceiro dia de discussão. Se não forem apresentadas emendas, votação pode ocorrer já na quarta-feira

A proposta de emenda à Constituição que limita a edição de medidas provisórias poderá ser aprovada em segundo turno no Senado e promulgada antes do final deste mês. Na sexta-feira, para ganhar tempo, a medida foi colocada em discussão em Plenário, o que lhe valeu a contagem do segundo dia, de um total de cinco dias de discussões a que é obrigada a ser submetida, de acordo com o Regimento Interno do Senado. O primeiro dia de discussão da matéria em Plenário, já com o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ocorreu na última quinta-feira.

Hoje, a emenda será colocada novamente em discussão pelo terceiro dia e, amanhã, pelo quarto dia, o que significa que poderá ser discutida e votada na quarta-feira. Se for acolhido o pedido do senador Edison Lobão (PFL-MA), presidente interino do Senado, para que não sejam apresentadas emendas à matéria, a votação provável da emenda, na quarta-feira, encerrará o primeiro turno de votações.

A partir daí, haverá interstício de cinco dias úteis, findos os quais a



O Plenário do Senado deve encerrar nesta semana primeiro turno de votação da proposta

matéria retorna ao Plenário para nova fase de discussão, durante três sessões consecutivas. Com isso — ainda admitindo que não haja emendas — a matéria poderá ser votada em segundo turno no dia 28 ou 29 deste mês. Se for aprovada, por se tratar de emenda à Constituição, não seguirá à sanção do presidente da República, mas será promulgada pelo Congresso.

A emenda impede que as medidas provisórias baixadas pelo Executivo vigorem indefinidamente sem que o Legislativo se pronuncie sobre elas. A partir dessa mudança, as MPs terão validade de 60 dias (em vez de 30, como é hoje), prazo que será pro-

rogado por mais 60 dias, no caso de o Congresso não apreciá-las.

O detalhe, contudo, é que 45 dias depois de editada, a MP passará a ter prioridade sobre todos os projetos em exame pelo Legislativo, “trancando”, portanto, a pauta na Casa onde esteja tramitando, ou seja, impedindo que seja posta de lado para se votar outro assunto.

Esse trancamento da pauta prosseguirá valendo até o final do prazo de renovação, ou seja, até que a MP complete 120 dias da sua edição. Findo esse prazo, não sendo concluída a votação da matéria pela Câmara ou pelo Senado, a MP perde de sua eficácia.

Texto aprovado na Câmara deve ser acolhido

O Senado deverá aprovar a proposta de emenda constitucional que restringe a edição de medidas provisórias com o mesmo texto aprovado pela Câmara dos Deputados no início de agosto. O relator da proposta, senador Osmar Dias (sem partido-PR), havia apresentado duas emendas ao texto, uma delas incluindo a alternância das Casas do Congresso para o início da tramitação das MPs, mas foi convencido pelos argumentos dos senadores Roberto Freire (PPS-PE), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Romero Jucá

(PSDB-RR), durante a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que na última quarta-feira analisou a proposta. O texto foi, então, enviado para o Plenário, onde no dia seguinte teve início o primeiro turno de discussões.

Dutra argumentou que, de acordo com a Constituição, os projetos de iniciativa do Executivo começam a tramitar pela Câmara. Além disso, sa-



Osmar Dias apresentou parecer favorável

lientou Roberto Freire, a participação dos senadores estará garantida, uma vez que as medidas provisórias serão examinadas por comissões mistas antes de serem votadas.

A PEC está sendo examinada pela terceira vez no Senado, fato inédito. Para evitar nova volta à Câmara, o presidente interino do Senado, Edison Lobão, havia pedido a aprovação da matéria sem modificações.

Plenário examina direito de estrangeiro a eleição

Além da emenda constitucional que limita o poder presidencial de editar medidas provisórias (MPs) e da que cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental (veja matérias), o Plenário vai examinar duas outras propostas de emenda à Constituição: a que dá ao estrangeiro o direito de eleger-se e a

que faculta aos tribunais de contas realizarem concursos para a contratação de seus integrantes.

A proposta que permite aos estrangeiros residentes e domiciliados no país há pelo menos oito anos votar nas eleições municipais e disputar o mandato de vereador é de autoria do

senador Álvaro Dias (PSDB-PR).

Ele também é o autor da proposta que amplia as formas de nomeação nos tribunais de contas, para abrigar a possibilidade de preenchimento das vagas de conselheiros por concurso público.



Álvaro Dias é o autor das duas propostas

CAE vai acompanhar as negociações sobre a Alca

Primeira iniciativa será a realização de um seminário em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Com a aprovação, pelo Plenário, de proposta do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai acompanhar as negociações para criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que se iniciam em maio do próximo ano. Como primeira iniciativa nesse sentido, a CAE, que é presidida por Alcântara, vai promover ainda neste semestre, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, um seminário sobre a criação da Alca.

O encontro, proposto pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Jefferson Péres (PDT-AM) e Paulo Hartung (PPS-ES), deve reunir empresários, trabalhadores, acadêmicos e o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, além de outros representantes do Itamaraty. Segundo Hartung, que foi relator da proposta de Alcântara, o debate deve abordar as vantagens e desvantagens da adesão do Brasil à Alca, analisando os setores da economia que podem ter melhor acesso aos mercados da região e aqueles que poderiam ser prejudicados.

— Essa análise precisa ser feita: vamos acessar novos mercados ou simplesmente suprimir barreiras alfandegárias? Precisamos colocar todos os fatores numa balança para ver se há vantagens, mas essa questão não pode ser tratada com preconceito. A cautela e a defesa da soberania nacional devem dirigir a discussão — afirma Hartung, acreditando que o debate vai explicitar a necessidade de revisão do sistema tributário e das políticas industrial e de comércio exterior, para se criar uma agenda que pense o futuro do Brasil.

LIMITES

Segundo Alcântara, a negociação sobre a Alca não pode ficar restrita ao governo ou ao Itamaraty, e por isso ele busca trazer a discussão para dentro do Congresso, sinalizando para o Ministério das Relações Exteriores os limites que essa negociação deve seguir (*veja matéria ao lado*). O presidente da CAE acredita que a ampliação do mercado norte-americano para produtos brasileiros é uma pré-condição para que o país participe da Alca.

Alcântara lembrou que, em re-



Lúcio Alcântara, presidente da CAE, propôs discussão da Alca na comissão

cente visita ao Canadá, o presidente Fernando Henrique destacou que, sem mudanças do gênero, fica difícil para o Brasil entrar na Alca, porque significaria apenas a abertura do mercado brasileiro aos produtos americanos.

— O Brasil não pode virar as costas para a Alca, pois corre o risco

de ficar isolado, mas precisa pressionar por mudanças. O país deve se preparar para o processo de negociação, que talvez seja o de maior importância desde a consolidação de suas fronteiras, devido aos impactos que essa mudança produzirá na nossa estrutura produtiva — observou Alcântara.



Alcântara sugere parâmetros que o Brasil deve observar

Na indicação aprovada pelo Plenário do Senado na última quinta-feira, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Lúcio Alcântara, lista parâmetros que devem ser observados pelo Brasil nas negociações sobre a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca):

— O acesso aos mercados mais dinâmicos do continente deve ser efetivo, principalmente no que diz respeito aos setores econômicos brasileiros mais competitivos, como aço, calçados têxteis e suco de laranja, entre outros. As negociações devem ser capazes de assegurar regras *anti-dumping* comuns, já que a legislação *anti-dumping* norte-americana, por exemplo,

é hoje uma severa barreira para o aço brasileiro.

— Os países membros devem identificar suas barreiras não-tarifárias com transparência e empenhar-se em suprimi-las.

— Regras sanitárias, trabalhistas e ambientais não podem servir como barreiras de acesso aos mercados, distorcendo ou desvirtuando a competitividade.

— O desenvolvimento da capacidade tecnológica dos países deve estar vinculado às discussões sobre propriedade intelectual e patentes.

— O fim do protecionismo agrícola deve fazer parte da agenda negociadora para que as assimetrias causadas por subsídios sejam corrigidas.

Patrocínio saúda crescente consciência social do empresário

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) saudou na sexta-feira o empresário brasileiro, que, segundo afirmou, mostra-se cada vez mais consciente de sua importância no processo de crescimento do país e de sua participação mais efetiva nos investimentos sociais de que a nação necessita. Ele lembrou que a Constituição estabelece que a justiça social deve nortear a ordem econômica, “fundada na valorização do trabalho e na livre iniciativa, para garantir a todos uma existência digna”.

Patrocínio citou pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgada pela revista *Terceiro Setor*, compreendendo cerca de 1.800 empresas privadas, desde as micro às de grande porte, segundo a qual há uma crescente destinação de recursos privados para finalidades públicas, principalmente com a implantação de projetos sociais.

Quase 70% dessas empresas mantêm ações direcionadas às camadas mais pobres da população, segundo



Patrocínio vê iniciativa privada oferecendo novas soluções na área social

a pesquisa. Tomando por base apanhado realizado pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB), Patrocínio destacou que 35% de 810 empresas consultadas informaram a constituição de institutos ou fundações com essa mesma finalidade.

Porém, essa crescente participação em projetos sociais, ainda que gere otimismo, não confirma que a cidadania empresarial tenha superado todas as dificuldades, disse Patrocínio, citando a antropóloga Ruth Cardoso, presidente do Conselho da Comunidade Solidária. Entre os obstáculos que devem ser vencidos, ele citou o de que são poucas as empresas que acompanham de perto e avaliam a eficiência dos projetos.

O senador observou, no entanto, que o importante é a tendência da iniciativa privada, que, de maneira crescente, vem utilizando “o seu olhar público” para oferecer novas soluções aos impasses não solucionados pelo governo.

Simon reafirma candidatura à Presidência da República

O senador Pedro Simon (RS) afirmou na sexta-feira que disputará a candidatura à Presidência da República pelo PMDB com o governador Itamar Franco (MG), na convenção marcada para 9 de setembro. Ele também defendeu o afastamento do partido do atual governo.

Simon, que relatou ter recusado duas vezes ser candidato do PMDB à Presidência, considera que hoje, aos 71 anos, tem uma biografia que o credencia para o cargo. Lançado pelo PMDB do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, ele avaliou que agora não seria o caso de resistir. “A oportunidade apareceu e tenho coragem para enfrentá-la”, disse, anunciando que, na convenção e na campanha, apresentará proposta de governo “diferente do que está aí, totalmente diferente”. Como presidente, antecipou que se cercará de pessoas competentes e seu governo não terá cota de amigos, apontando dois nomes que gostaria de ver próximos a ele: o senador José Alencar (PMDB-MG), como ministro da Fazenda, e a senadora Ma-



Simon vai disputar a indicação com Itamar na convenção do PMDB

rina Silva (PT-AC).

— Jamais serei um governo de centro-direita. Nisso me diferenciarei radicalmente de Fernando Henrique, que, embora sendo social-democrata, fez um governo absolutamente neoliberal — declarou Simon, acrescentando que até poderá respeitar o

Fundo Monetário Internacional e os compromissos firmados em torno da dívida externa, mas que sempre colocará na balança, para tomar suas decisões, a fome, a miséria e as injustiças, “para as quais temos de dar uma resposta”.

Em apartes, Leomar Quintanilha (PPB-TO) e Lauro Campos (PDT-DF) destacaram que a biografia de Simon, por si só, autoriza-o a disputar legitimamente a Presidência da República. Marina Silva, por sua vez, avaliou que a candidatura de Simon deve ser encarada não como “desejo” ou “vontade” do senador, motivações muitas vezes de natureza individualista, personalista ou narcisista. À candidatura de Simon caberia a palavra “propósito”, disse ela, pois “os propósitos são grandiosos”.

Ministros explicam amanhã acordo com o FMI

Pedro Malan e Martus Tavares, juntamente com o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, falarão aos senadores na Comissão de Assuntos Econômicos, a partir das 17h, sobre efeitos do ajuste

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) receberá amanhã, a partir das 17h, os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, para explicar o novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e seus efeitos sobre a economia.

A convocação foi feita pelo presidente da comissão, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), e atende a requerimento dos senadores Paulo Hartung (PPS-ES), Heloísa Helena (PT-AL), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Lauro Campos (PDT-DF). Os senadores decidiram fazer a convocação depois que surgiram notícias de que o acordo com o Fundo exigirá novos sacrifícios da população brasileira.

Malan, Martus e Armínio também serão questionados sobre o crescimento da dívida pública

este ano e sobre o aumento da taxa de juros, conforme um segundo requerimento aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria de Ademir Andrade (PSB-PA). O senador quer conhecer os motivos que levaram a dívida pública interna a passar de 51% do Produto Interno Bruto (PIB), quando o próprio ministro da Fazenda havia garantido que esta relação não ultrapassaria os 45% do PIB.

O acordo acertado no início deste mês entre representantes do governo brasileiro e do FMI prevê a liberação de US\$ 15 bilhões até o final do próximo ano e se destina basicamente a reforçar as reservas internacionais do país, de modo a impedir uma desestabilização monetária, e ainda possibilitar o fechamento do balanço de pagamentos sem maiores problemas. O acordo ainda será submetido ao Conselho de Administração do FMI no próximo mês.



Os ministros da Fazenda e do Planejamento e o presidente do Banco Central também serão questionados sobre o crescimento da dívida pública e o aumento da taxa de juros

Tuma espera conclusões do laudo de Molina para falar sobre gravação

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou na sexta-feira que espera a conclusão do laudo técnico do perito Ricardo Molina para se pronunciar sobre as fitas em que o deputado Mário Frota (PDT-AM) supostamente negocia recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) em nome do presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho.

Os senadores Romeu Tuma Jefferson Péres (PDT-AM) e João Alberto Souza (PMDB-MA), integrantes da comissão criada no âmbito do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para investigar as denúncias contra Jader, terminaram de ouvir, em Manaus, os envolvidos na acusação de que o presidente licenciado do Senado cobrava comissões para liberar verbas da Sudam.

Romeu Tuma disse que só após a conclusão do perito Ricardo Molina falará sobre o caso.



Tuma só se pronuncia depois que Molina verificar se voz na fita é do deputado Mário Frota

Molina verificará se a voz na gravação — que pede, em nome de Jader, US\$ 5 milhões para liberação de financiamentos da Sudam — pertence ao deputado Mário Frota ou a seu ex-assessor Nivaldo Marinho.

De acordo com Jefferson Péres, as conclusões sobre as apurações não devem demorar.

ENTONAÇÃO

O senador Jefferson Péres diz que há diferenças na entonação e na pronúncia e que, aparente-

mente, a voz registrada nas fitas não é do deputado estadual Mário Frota, mas ele ainda aguarda o laudo do perito Ricardo Molina, que só deve ser concluído em uma semana. Molina gravou os depoimentos do deputado e também o do ex-assessor dele, para fazer a comparação de vozes. O deputado Mário Frota garante que a fita foi adulterada por Nivaldo Marinho, que teria imitado sua voz. Na gravação, o interlocutor pede, em nome do senador Jader Barbalho, US\$ 5 milhões para liberar financiamentos da Sudam.

Nivaldo disse que deixou o gravador ligado ao lado do telefone na casa do deputado para registrar a conversa, há dois anos. Na sexta-feira à tarde, o ex-assessor voltou à casa do deputado para mostrar aos senadores do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar como teria feito a gravação, em reconstituição da cena.

Comissão sabatina procurador do BC indicado para o STM

O procurador do Banco Central, José Coelho Ferreira, indicado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM), será sabatinado nesta quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Os questionamentos dos senadores deverão ser feitos em sessão secreta e, logo após, será votado o relatório do senador Romero Jucá (PSDB-RR) sobre a indicação. Para ser aprovada, a indicação precisa ser submetida ao Plenário.

A indicação do procurador já encontra reações entre os senadores, devido à sua atuação à frente da advocacia do Banco Central nos episódios das liquidações de bancos. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) já anunciou que votará contra a indicação. Ferreira é autor do polêmico relatório do Banco Central que apontou o desvio de recursos do Banpará, mas concluiu que não havia provas contra o então governador Jader Barbalho.

Simon argumenta que o setor

de fiscalização do Banco Central não teve atuação adequada na série de intervenções feitas em instituições bancárias, que teriam provocado prejuízos de cerca de R\$ 100 bilhões para os cofres do Tesouro Nacional.

— Eu não entendo que prêmio é esse. A título de quê? — pergun-

tou, estranhando que um procurador do Banco Central venha a ser ministro do Superior Tribunal Militar. Simon disse também não entender os critérios usados pelo presidente para indicar os ocupantes dos cargos que dependem de aprovação do Senado.

“Uma hora é para premiar amigos, outra hora é parente, outra hora é intelectual, agora não sei qual é a ligação dele com o Banco Central e com esse procurador, não tenho a mínima idéia.”

Também na quarta-feira, a CCJ realizará audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir o projeto que modifica a Lei das Sociedades Anônimas. Já foram convidados os deputados Antonio Kandir (PSDB-SP) e Emerson Kapaz (PPS-SP).

CCJ também realiza na quarta-feira audiência pública para discutir modificações na Lei das S.A.

Mestrinho se ausenta para tratamento de saúde

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, entregou ao presidente em exercício do Senado, senador Edison Lobão (PFL-MA), ofício comunicando que se ausentará da Casa nos próximos dias



Geraldo Althoff vai presidir o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

para tratamento de saúde. Mestrinho disse que irá se submeter a tratamento de um problema na próstata, que deve durar cerca de 30 dias. Por ora, Mestrinho não vai pedir licença do cargo, o que significa que seu suplente não

será convocado para assumir a vaga.

Enquanto o senador estiver afastado de suas atividades, o senador Geraldo Althoff (PFL-SC), vice-presidente do Conselho de Ética, vai presidir as reuniões do colegiado, que, no momento, concentra suas atividades na investigação das denúncias contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho.

Na primeira reunião em que presidiu o conselho após sua eleição em junho passado, Mestrinho

determinou a formação de uma comissão, integrada pelos senadores Romeu Tuma, Jefferson Péres e João Alberto para apurar, no prazo de 30 dias, as acusações de que Jader teria recebido recursos desviados do Banpará e que o senador faria parte de um esquema de cobrança de propinas em troca da liberação de recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Na ocasião, Mestrinho também decidiu arquivar a denúncia feita por Althoff contra o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que o envolvia no caso da violação do painel eletrônico de votações do Senado.

Rádio comunitária poderá ter concessão por dez anos

Gilvam Borges, autor do projeto que será examinado amanhã pela CE, argumenta que prazo atual, de três anos, é pequeno

O Comissão de Educação (CE) reúne-se amanhã, às 11h30, para analisar, entre outras matérias, projeto do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) que aumenta de três para dez anos o prazo de validade da outorga para a exploração de serviços de radiodifusão comunitária, permitindo sua renovação por igual período.

Ao justificar a proposta, o senador pelo Amapá argumenta ser exíguo o prazo de concessão de três anos dado ao funcionamento das rádios comunitárias, o que pode transformá-las em reféns do governo quando da sua renovação, especialmente se concedidas por gestões anteriores. Na sua avaliação, o ato de renovação dessas rádios pode transformar a

outorga "em deprimente moeda de troca, mordação ou, no mínimo, em mecanismo de patrulhamento ideológico" da comunidade beneficiada.

"Não se pode permitir tal fragilidade a um projeto de concepção tão iluminada e de tão nobre alcance social," argumenta Gilvam Borges em sua justificação, acrescentando que a proposta equipara as rádios comunitárias às emissoras comerciais, no que diz respeito ao prazo de validade da outorga.



Proposta de Gilvam Borges equipara prazo de exploração ao das emissoras comerciais

Na mesma reunião, a CE deverá examinar o projeto que institui o Dia Nacional do Cientista Social; o que determina a inscrição do nome de Luís Alves de Lima, o Duque de Caxias, no Livro de Heróis da Pátria; o que dá o nome de Gilberto Freyre ao

Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes, e mais 35 projetos de decreto legislativo outorgando ou renovando permissões para exploração de serviços de radiodifusão.

Romero Jucá destaca campanhas do Conselho Brasileiro de Oftalmologia

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou as campanhas que o Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO) tem realizado em todo o país, em parceria com os Ministérios da Saúde e da Educação. Em discurso proferido na sexta-feira, o parlamentar comunicou ter recebido a visita de in-



Jucá também elogiou pesquisas do Ministério da Agricultura e da Embrapa

tegrantes do conselho, entre eles o médico Rômulo Ferreira, "que honra o estado de Roraima com sua presença e sua ação".

Jucá destacou a campanha "Olho no Olho", em parceria com o Ministério da Educação, que

atendeu 3,5 milhões de crianças em 1999. Além das consultas médicas, a campanha também providencia doação de óculos para crianças carentes. Registrou ainda o trabalho do CBO, em colaboração com o Ministério da Saúde, no

desenvolvimento da Campanha Nacional de Catarata, que tem realizado em média 250 mil cirurgias anuais, e da Campanha Nacional de Retinopatia Diabética, que procede a 150 mil tratamentos com raio laser todo ano.

O representante de Roraima reportou-se também às pesquisas em biotecnologia e sobre transgênicos promovidas pelo Ministério da Agricultura e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Para o parlamentar, o assunto vem sendo tratado com "responsabilidade e seriedade, num debate equilibrado e informado visando ao fortalecimento de nossa agropecuária".

O senador informou que a Embrapa - "órgão técnico com capacidade comprovada" - editou quatro normas informativas para orientar a discussão sobre o assunto, das quais Jucá pediu a transcrição nos Anais da Casa.

Marina Silva homenageia Betinho

A senadora Marina Silva (PT-AC), ao lembrar na sexta-feira (dia 10) o quarto aniversário do falecimento do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, disse que a atual visibilidade do problema da fome no Brasil se deve à luta pioneira do sociólogo, "que foi arrebatando corações e mentes que hoje lutam por programas que combatam a exclusão social em vários níveis".

Marina Silva conclamou a todos para lutar pela reversão do

quadro de pobreza que a Fundação Getúlio Vargas estima abranger 50 milhões de brasileiros. "Vamos trabalhar, sem nos atermos a partidos políticos ou matizes ideológicos. Essa é a melhor homenagem que podemos fazer à memória do Betinho", afirmou.

Ela pediu aos senadores que



Marina lembrou quarto aniversário de morte do sociólogo

contribuam com a luta do sociólogo, aprovando projetos como o de sua autoria, que prevê a elaboração de orçamento social cujos recursos não podem ser cortados pelo Poder Executivo, e o do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que garante uma renda mínima a todos os brasileiros.

Carlos Bezerra comenta Orçamento de 2002 em entrevista na TV Senado

O programa *Agenda Econômica* de hoje recebe o presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), que falará sobre a distribuição dos recursos da Proposta Orçamentária de 2002. O projeto, que deverá ser encaminhado ao Congresso



Maior parte vai para dívida externa, afirma Carlos Bezerra

pelo Executivo no final deste mês, deverá destinar a maior parte das dotações ao pagamento da dívida externa, segundo informação do senador. O programa vai ao ar às 6h30,

13h30 e 19h30.

Democracia peruana é o assunto do programa *Entrevista* de hoje, que contará com a presença do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele elogia a ação governamental de Alejandro Toledo, e diz que o presidente do Peru não deve se dobrar às pressões internacionais, já que busca a implantação da democracia e a erradicação da pobreza no país. O *Entrevista* será transmitido às 7h30, 12h30 e 20h30.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h - *Saúde/Unip* - Dor no ombro
6h30 - *Agenda Econômica* - O sen. Carlos Bezerra fala sobre o orçamento 2002 em discussão no Congresso Nacional
7h30 - *Entrevista* - O sen. Eduardo Suplicy fala sobre a democracia peruana
8h - *As Cores do Brasil* - Fortes do Brasil
8h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Audiência Pública sobre a reforma do Judiciário - Ives Gandra da Silva Martins (gravado)
11h30 - *Idéias* - Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
12h - *As Cores do Brasil* - Fortes do Brasil
12h30 - *Entrevista* - O sen. Eduardo Suplicy fala sobre a democracia peruana
13h - *Fala Cidadão* - A conexão do Senado com a sociedade
13h30 - *Agenda Econômica* - O sen. Carlos Bezerra fala sobre o orçamento 2002 em discussão no Congresso Nacional
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 - *Entrevista* - A componente do Grupo

Articulação, Vânia Santana, fala da discriminação das mulheres negras

19h - *Idéias* - Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
19h30 - *Agenda Econômica* - O sen. Carlos Bezerra fala sobre o orçamento 2002 em discussão no Congresso Nacional
20h30 - *Entrevista* - O sen. Eduardo Suplicy fala sobre a democracia peruana
21h - *Journal do Senado* - O resumo das atividades do Senado
21h30 - Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h - Música, informação e serviços
8h - *Senado Primeira Hora* - As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h - Música e informação
14h15 - *Senado Notícias*
14h30 - Sessão Plenária do Senado
19h - *A Voz do Brasil*
20h - Música e informação
22h - *Senado Notícias* - Edição da noite
23h - *Vozes do século 21*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal

DirecTV: canal 163

Sky Net: canal 30

Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica - Sistema Digital:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 Mhz
- Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- FEC: 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização - Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Racionamento ameaça indústrias de MS, alerta Pedro Ubirajara

O senador Pedro Ubirajara (PMDB-MS) alertou na sexta-feira para o risco de “um crescente parque industrial morrer no nascedouro em Mato Grosso do Sul, em virtude do racionamento de energia”. De acordo com o parlamentar, moderna indústria têxtil instalada na cidade de Três Lagoas está ameaçada de sofrer grandes prejuízos e perder condições de competitividade, em função da negativa das autoridades de liberar toda a energia de que necessita para operar.

Depois de elogiar os esforços do presidente Fernando Henrique Cardoso para superar as limitações impostas atualmente pelo racionamento de energia, o parlamentar fez apelo “às autoridades competentes”, pedindo tratamento prioritário e diferenciado para o esforço de desenvolvimento industrial de regiões como o Mato Grosso do Sul, que “enfrenta dificuldades



Pedro Ubirajara defende tratamento diferenciado para Mato Grosso do Sul

com sua combatida economia agropecuária”.

Ubirajara pediu, ainda, revisão das diretrizes do governo que estabelecem o mesmo custo para um insumo como o gás fornecido pelo gasoduto Brasil-Bolívia, seja para consumo próximo (no próprio Mato Grosso do Sul) ou distante (no Rio Grande do Sul, por exemplo). Condições como essa criam dificuldades adicionais, destacou, para a implantação de uma usina termelétrica em Anastácio, cidade próxima de Aquidauana, tradicional pólo de desenvolvimento do estado. O senador defendeu a regionalização da política econômica.

No mesmo pronunciamento, o parlamentar cumprimentou o município de Aquidauana, que completa 109 anos de vida, e destacou a projeção que o município de Bonito vem conquistando nos roteiros turísticos organizados dentro e fora do país.

Lindberg reivindica extensão do gasoduto Brasil-Bolívia até Goiás

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) reivindicou a extensão do gasoduto Brasil-Bolívia até Goiás, para beneficiar cidades industriais do estado, como Goiânia e Anápolis, e também o Distrito Federal. Para ele, o racionamento de energia vem atrapalhando planos de expansão dessa região, como as indústrias farmoquímica e de beneficiamento de cereais localizadas em Anápolis (GO).

Segundo Lindberg, se a região pudesse contar com a energia barata e limpa do gás natural, um surto de desenvolvimento somente comparável ao da construção

de Brasília, nos anos 50, iria se instalar, expandindo atividades industriais e melhorando sensivelmente o abastecimento de cidades como Goiânia e Brasília, que importam grande parte do que necessitam de Belo Horizonte e São Paulo. “Os produtos ficam mais caros em função do custo de fretes”, lembrou.

Lindberg falou, ainda, de sua participação no 3º Congresso Regional da América Latina e Caribe Hispânico, realizado durante a semana, na cidade de Bonito (MS). Ele cumprimentou a população da região, por sua consciência ecológica. As cavernas impressionantes e os rios cristalinos que mais parecem aquários precisam ser preservados com cuidado, agora que o turismo começa a chegar à região, concluiu o senador pelo Distrito Federal.



Gasoduto provocaria surto de desenvolvimento, afirma Lindberg Cury

Comissão especial debate fontes alternativas de energia

Especialistas em diferentes matrizes participam de reunião amanhã.

No dia seguinte, parlamentares iniciam visitas a usinas elétricas

A Comissão Especial Mista da Crise Energética discute amanhã o aproveitamento de fontes alternativas de produção de energia elétrica. Especialistas em diferentes matrizes de produção de energia estarão participando da reunião da comissão, às 15h30.

A comissão especial mista tem por objetivo estudar as causas da crise no abastecimento de energia e propor alternativas para seu equacionamento. Serão ouvidos Luis Octávio Koblitis, da Escola de Engenharia de Pernambuco; Armando Abreu, diretor da Brasil Energias Solar e Eólica; Suani Teixeira Coelho, do Centro Nacional de Referência em Biomassa (Cenbio);



Ivonce Campos, coordenadora de Ações de Desenvolvimento Energético do Ministério da Ciência e Tecnologia; e Jayme Buarque de Holanda, diretor do Instituto Nacional de Eficiência Energética.

Na quarta-feira, a comissão inicia um roteiro de viagem que abrange visitas a usinas elétricas. Nesse dia, os parlamentares seguirão para

Petrolina, em Pernambuco, e no dia seguinte para Sobradinho, via Juazeiro. Vão conhecer a tomada d'água do Projeto Tourão e a tomada d'água do Projeto Nilo Coelho, terão reunião com prefeitos da região e com representantes empresariais e à noite viajarão para Paulo Afonso, na Bahia.

Na sexta pela manhã os integrantes da comissão visitam a Usina de Xingó, percorrendo o vertedouro, a barragem, a tomada d'água, a casa de força e o Museu Arqueológico Xingó e almoçando no local. À tarde vão conhecer a Usina Angiquinho, na Ilha do Urubu, e depois as usinas PA-I, II, III e IV, encerrando a viagem.

Mozarildo quer redução de tarifa em Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) cobrou da Eletrobrás a redução da tarifa de energia elétrica para a população de Roraima. É que hoje será inaugurada uma linha de transmissão que abastecerá praticamente todo o estado com energia hidrelétrica proveniente da Usina de Guri, na Venezuela. Ele explicou que Roraima sempre foi abastecida com energia termelétrica, que tem um custo de produção maior do que a hidrelétrica. Portanto, a seu ver, a população não pode continuar pagando a mesma tarifa.

Mozarildo informou que a inauguração da linha de transmissão, que contará com a presença do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, é um “marco histórico” para Roraima, e representará mais progresso e crescimento econômico para todo o estado.



Mozarildo Cavalcanti: “Enquanto o país entra no apagão, Roraima inicia a era da iluminação”

— Enquanto o restante do país entra na era do apagão, Roraima parte para a era da iluminação — observou Mozarildo Cavalcanti, que destacou o empenho do governador Neudo Campos para que a linha de transmissão en-

trasse logo em operação.

O senador voltou a defender a redivisão territorial dos grandes estados. Somente dessa forma, notou, vastas regiões poderão alcançar o desenvolvimento.

— Foi a partir da criação do estado de Roraima que toda a região obteve progresso — frisou.

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) concordou com Mozarildo e, em aparte, disse ser inadiável a redivisão territorial dos grandes estados. Para ele, não tem sentido, por exemplo, o estado de Mato Grosso, mesmo dividido, continuar com uma área de 900 mil quilômetros quadrados. O senador Lindberg Cury (PFL-DF) citou a divisão de Goiás, com a criação do Tocantins, que beneficiou não somente a economia da região, mas toda a população.

Jucá saúda visita de FHC para inaugurar linha

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) registrou sexta-feira a visita que o presidente Fernando Henrique Cardoso deve fazer hoje a Roraima para inaugurar a linha de transmissão de energia elétrica vinda da Venezuela, o chamado “linhão de Guri”. Jucá ressaltou que, desde o último dia 22, seu estado passou a contar com o fornecimento de 200 megawatts de energia elétrica, bem superior ao consumo

médio, em torno de 56 megawatts.

Líder do governo no Senado, Romero Jucá lembrou que o presidente da República cumpriu sua promessa de interligar a energia entre Brasil e Venezuela. Parabenizou a Eletrobrás por vencer as dificuldades ambientais para a execução de “obra extremamente importante” e acrescentou que, agora, é importante interligar a rede de energia elétrica de Rorai-

ma com o Amazonas.

— É importante termos o sistema energético da América do Sul o mais interligado possível — afirmou o senador, acentuando que toda bancada federal de Roraima lutou pela interligação.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) destacou que a “maneira mais inteligente de eletrificar o estado é por meio do acordo binacional”.

Lúdio: gasto público deve ser mais fiscalizado



Lúdio Coelho afirma que é preciso evitar desvios de recursos

O aprimoramento do desempenho do setor público na fiscalização da aplicação dos recursos orçamentários foi defendido em Plenário pelo

senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), como a melhor maneira de evitar a ocorrência de desvios. Ele citou o caso do prédio do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo como exemplo de falha na atuação de todas as áreas, lembrando que as irregularidades na obra já estavam sendo apuradas pelo Tribunal de Contas da União e todos os anos o Judiciário pedia verbas para a continuidade da construção, o Executivo incluía o pedido no Orçamento e o Congresso Nacional aprovava.

— Essas irregularidades tiveram a participação de todas as áreas do setor público. Envolveram o Executivo, o Judiciário e o Legislativo.

DENÚNCIAS

A mesma opinião Lúdio Coelho externou em relação à apuração das denúncias contra o senador Jader Barbalho (PMDB-PA). Segundo disse, há muito tempo elas vinham sendo divulgadas sem que nada fosse apurado efetivamente. Lúdio afirmou que acompanhou a instalação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), e desde seus primórdios já se comentava a existência de irregularidades na concessão de financiamentos.

— É necessário que o poder público cumpra com suas responsabilidades para que possamos dar um término nisso tudo. As irregularidades que mais estão perturbando o pensamento da família brasileira hoje ocorreram quase todas há quinze, vinte, trinta anos atrás. Ficamos só apurando fatos que aconteceram no passado e não cuidamos do presente, afirmou.

Lúdio considera importante que a classe política trabalhe com rapidez no sentido de tomar decisões necessárias a fim de encerrar logo esse estágio. A seu ver, a população precisa readquirir a confiança em que essas dificuldades serão superadas.

Cândido quer ouvir ministro sobre espionagem do Exército

Senador condena classificação de movimentos sociais e populares como “forças adversas” e sua equiparação ao narcotráfico e ao crime organizado

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) propôs em Plenário, na sexta-feira, a convocação, pelo Congresso Nacional, do ministro da Defesa, Geraldo Quintão, para esclarecer denúncia de atuação de um serviço de espionagem no Exército desde 1994. Divulgado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o episódio causou “perplexidade e indignação”, segundo Cândido, principalmente porque o texto de uma das cartilhas descobertas admitia “arranhar os direitos dos cidadãos” em prol da manutenção da ordem pública.

Outro fato que revoltou o senador petista foi a classificação de movimentos sociais e populares, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), como “forças adversas”, e sua equiparação ao narcotráfico e ao crime or-

ganizado. “Temo que isso se trate de camuflagem tão-somente para monitorar e reprimir os movimentos sociais organizados”, afirmou.

Se a existência desse aparato repressivo for confirmada, disse Cândido, estará caracterizado o desvirtuamento do papel das Forças Armadas, encarregadas de defender as fronteiras e a soberania brasileira.

Em outro trecho do discurso, Cândido comentou denúncia do movimento Tortura Nunca Mais sobre o registro, nos últimos dez anos, de 23 casos de prática de tortura, humilhações e coações no interior das Forças Armadas.

— Em muitos casos, alguns milita-



Cândido: denúncia causa “perplexidade e indignação”

res demonstraram ignorar completamente os direitos de aspirantes, soldados e oficiais em treinamento ou prestando serviço — disse, informando que, desse total, apenas quatro denúncias tiveram a investigação iniciada. Embora reconheça o caráter polêmico da questão, diante da

“força, prestígio e poder” das Forças Armadas, Cândido considera fundamental que o Congresso busque seu esclarecimento. Ele não acredita que essa conduta represente a posição majoritária nas Forças Armadas, mas adverte que pode demonstrar a incapacidade de alguns setores de se acostumar à ordem democrática vigente no país.

Nabor pede votação rápida de projetos de reforma política

Agilidade na aprovação de projetos que integram a chamada reforma política foi pedida pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC) na sexta-feira. Nabor espera que até setembro o Senado aprove projeto do deputado Mauro Benevides que obriga os partidos a realizarem, até 60 dias antes das convenções, prévias para esco-



Nabor Júnior apóia proposta de realização de prévias

lha de candidatos à Presidência da República, aos governos estaduais e às prefeituras.

— Alguns senadores estão se opondo ao projeto de Benevides, dizendo que as prévias são democráticas e oportunas, mas não deveriam ser obrigatórias. Mas eu sou favorável ao projeto. As convenções são os órgãos máximos dos parti-

dos, porém não congregam a totalidade dos filiados — disse Nabor, que lembrou ter sido autor de dispositivo do estatuto do PMDB que prevê as prévias em caráter facultativo.

O senador espera também que a Câmara dos Deputados aprove dois projetos que já receberam o aval do Senado: o que trata da fidelidade partidária e o que prevê o financiamento público de campanhas eleitorais. Nabor destacou que esses projetos precisam ser aprovados até setembro a fim de que as regras sejam válidas para as eleições de 2002.

Quintanilha defende pesquisa com transgênicos

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) cobrou em Plenário, na sexta-feira, a retomada das pesquisas com alimentos geneticamente modificados. Para ele, não se justifica a disposição de alguns setores da sociedade de impedir o desenvolvimento da biotecnologia na área alimentar, processo que, na sua opinião, levaria à mesa dos brasileiros alimentos mais saudáveis, baratos e de melhor qualidade.

Quintanilha destacou o trabalho “inestimável” de técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) nessa área e lem-

brou que o cultivo de transgênicos, iniciado há seis anos, cobre hoje 40 milhões de hectares em todo o mundo. O avanço dessa técnica demonstra, disse o senador, que a discussão sobre organismos geneticamente modificados no Brasil está “desfocada”. Dentre as vantagens atribuídas ao método por Quintanilha, destaca-se a capacidade de melhorar a qualidade do produto, torná-lo mais resistente a pragas e reduzir os cus-



Para Quintanilha, discussão no Brasil está “desfocada”

tos de produção. “Por que vamos criar o constrangimento de impedir o produtor brasileiro de recorrer a esse instrumento?”, questionou.

Os impedimentos legais à continuidade das pesquisas com biotecnologia alimentar despertam em Quintanilha o temor de que o Brasil repita os equívocos cometidos no passado em relação a medicamentos e informática, quando assistiu ao crescimento do contrabando nesses setores.

Lauro Campos culpa FHC pela crise no Senado

O senador Lauro Campos (PDT-DF) atribuiu ao presidente Fernando Henrique Cardoso a responsabilidade pela desmoralização do Senado perante a opi-



Lauro Campos critica o “desgoverno de Fernando Henrique”

nião pública e pela paralisação dos trabalhos da Casa nos últimos oito meses. Segundo ele, Fernando Henrique trabalhou pela cassação do mandato do ex-senador Antonio Carlos Magalhães e fez toda a articulação política necessária para eleger Jader Barbalho (PMDB-PA) presidente do Congresso Nacional, mesmo sabendo que ele não duraria muito tempo no cargo.

A prova disso, segundo Lauro Campos, é que após a posse de Jader o governo iniciou campanha de desmoralização do novo presidente do Senado, com a divulgação de relatório do Banco Central que o comprometia. Para Lauro, as denúncias envolvendo Jader repercutiram de forma negativa em toda a instituição, chegando a paralisar os trabalhos legislativos.

— Sua majestade o presidente Fernando Henrique tem, portanto, 90% de responsabilidade pela crise do Senado — afirmou, criticando o “desgoverno de FHC”, que, a seu ver, vem entregando o país ao capital estrangeiro e aumentando a miséria.

RELATÓRIO

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), em aparte, concordou com Lauro Campos e garantiu que, se o Banco Central tivesse divulgado o relatório antes das eleições para a Mesa do Senado, Jader Barbalho nem sequer sairia candidato à Presidência da Casa.

A senadora Marina Silva (PT-AC) também aparteu Lauro Campos para dizer que concorda com a análise que ele e Simon fizeram a respeito da relação de Fernando Henrique com o Congresso. Observou, entretanto, que tanto a cassação de Antonio Carlos quanto o constrangimento a que Jader está submetido têm origem em ações cometidas por eles próprios, o que mostra, no entender da senadora, a responsabilidade do Congresso pelo desgaste.